

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NAS ESTRATÉGIAS SAÚDE DA FAMÍLIA

THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN PRIMARY HEALTH CARE: CHALLENGES AND POTENTIALITIES IN FAMILY HEALTH STRATEGIES

¹ Alexandre Laurindo da Costa

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde (APS), com ênfase no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), destacando desafios, potencialidades e impactos dessa prática para a saúde coletiva. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada a partir da análise de 14 publicações entre 2015 e 2024, incluindo artigos científicos e documentos oficiais. A busca dos materiais foi conduzida nas plataformas Google Acadêmico, SciELO, PePSIC e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), bem como em documentos normativos do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Psicologia. Os resultados evidenciaram desafios relacionados à formação ainda centrada na clínica individual, à sobrecarga de demandas, à carência de recursos estruturais e às dificuldades na efetivação da interdisciplinaridade. Em contrapartida, foram identificadas importantes potencialidades vinculadas ao acolhimento e à escuta qualificada, às práticas coletivas em grupos, à intersetorialidade e ao fortalecimento do vínculo com a comunidade. Conclui-se que a atuação do psicólogo na APS é estratégica para a promoção da saúde mental e para a consolidação da integralidade do cuidado, sendo necessário investir em formação, gestão e condições de trabalho que sustentem práticas inovadoras e territorializadas.

Palavras-chave: Psicologia. Atenção primária à saúde. Estratégia saúde da família. Saúde mental. Saúde coletiva.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the role of the psychologist in Primary Health Care (PHC), with emphasis on the context of the Family Health Strategy (FHS), highlighting the challenges, potentialities, and impacts of this practice on collective health. This is a

¹ Pós-graduando em Neuropsicologia pelo Núcleo de Estudos em Psicologia de Ipatinga (NEPSI). Graduado em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Governador Valadares.
Email: xandy003@outlook.com

bibliographic review with a qualitative and descriptive approach, based on the analysis of 14 publications between 2015 and 2024, including scientific articles and official documents. The search for materials was conducted on the platforms Google Scholar, SciELO, PePSIC, and the Virtual Health Library (VHL), as well as normative documents from the Ministry of Health and the Federal Council of Psychology. The results revealed challenges related to training still centered on individual clinical practice, work overload, lack of structural resources, and difficulties in implementing interdisciplinarity. On the other hand, important potentialities were identified, such as welcoming practices and qualified listening, collective group interventions, intersectoral actions, and the strengthening of bonds with the community. It is concluded that the role of the psychologist in PHC is strategic for the promotion of mental health and for the consolidation of comprehensive care, highlighting the need for investments in training, management, and working conditions that support innovative and territorially grounded practices.

Keywords: Psychology. Primary Health Care. Family Health Strategy. Mental Health. Collective Health.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui-se como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável por ações voltadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde em uma perspectiva integral e contínua. Inserida nesse contexto, a Estratégia Saúde da Família (ESF) tornou-se um dos pilares do cuidado em saúde coletiva, ao propor um modelo de atenção que considera a realidade local, a interdisciplinaridade e o vínculo com a comunidade. Nesse cenário, a presença do psicólogo representa um avanço significativo, pois amplia o acesso ao cuidado em saúde mental e fortalece a abordagem biopsicossocial no atendimento oferecido à população.

A inserção do psicólogo na APS, entretanto, ainda enfrenta importantes desafios que merecem análise. Questões relacionadas à delimitação de suas funções à adaptação ao modelo territorial e comunitário e à escassez de recursos estruturais são apontadas na literatura como fatores que podem dificultar a consolidação de uma prática efetivamente integrada às demais áreas da saúde. Adicionalmente, discute-se como a persistência de uma lógica centrada no atendimento individual pode representar um limite ao alcance das ações, particularmente considerando a necessidade de estratégias coletivas e preventivas no âmbito da saúde pública.

Em contrapartida a esses desafios, a literatura especializada tem dedicado atenção às potencialidades da atuação psicológica nesse nível de atenção. O trabalho

interdisciplinar, a promoção de saúde mental e a criação de espaços de escuta e acolhimento configuram-se como práticas passíveis de análise quanto aos seus efeitos na integralidade do cuidado. Da mesma forma, examina-se como a articulação com diferentes políticas públicas e setores sociais pode potencializar o impacto desse profissional no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e no desenvolvimento de práticas de promoção e prevenção em saúde mental.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender de forma crítica e aprofundada quais são os principais desafios e possibilidades que permeiam a prática do psicólogo na APS, especialmente na ESF. Essa análise é essencial para fortalecer o cuidado em saúde coletiva, aprimorar estratégias de intervenção e garantir maior efetividade das políticas públicas direcionadas ao campo da saúde mental.

Diante desse contexto, este estudo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são os desafios, potencialidades e impactos da atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde, no contexto da Estratégia Saúde da Família? Para responder a essa indagação, definiu-se como objetivo geral analisar a atuação do psicólogo na APS, destacando seus desafios, potencialidades e os impactos dessa inserção para a qualificação do cuidado e o fortalecimento da saúde coletiva.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar os principais desafios enfrentados por esses profissionais, explorar as potencialidades de sua atuação, analisar os impactos na qualidade do cuidado e na saúde coletiva e, por fim, discutir as perspectivas e recomendações para o aprimoramento do trabalho do psicólogo na APS, considerando os avanços e limitações identificados na literatura científica. Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico e profissional, fornecendo subsídios teóricos que possam orientar futuras práticas e políticas na área.

2 MÉTODO

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, elaborada a partir da análise de materiais publicados sobre a atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde (APS). A pesquisa teve como finalidade identificar, organizar e interpretar produções científicas recentes que discutem

desafios, potencialidades, impactos e perspectivas relacionadas à prática psicológica nesse nível de atenção.

A busca pelos materiais foi realizada nas plataformas Google Acadêmico, SciELO, PePSIC e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de documentos institucionais disponibilizados pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). A coleta dos materiais ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2025, período em que foram reunidos os textos que atendiam aos critérios previamente estabelecidos.

Foram incluídas produções publicadas entre 2015 e 2024, além de documentos normativos essenciais, como a Lei nº 8.080/1990, a Portaria nº 2.436/2017 (Política Nacional de Atenção Básica) e as Referências Técnicas do CFP/CREPOP para atuação de psicólogos na Atenção Básica. Essa delimitação temporal buscou garantir a atualidade e a relevância das informações analisadas.

Os descritores utilizados, de forma isolada ou combinada, foram: “Psicologia na Atenção Primária”, “Atenção Básica”, “APS”, “Saúde Mental”, “Atuação do psicólogo no SUS” e “Saúde Coletiva”, todos pesquisados em língua portuguesa.

Foram adotados como critérios de inclusão: (a) publicações disponíveis na íntegra; (b) textos em português; (c) materiais produzidos no contexto brasileiro; e (d) conteúdos relacionados diretamente à atuação psicológica na APS. Foram excluídos: (a) resumos simples; (b) trabalhos duplicados; (c) materiais anteriores a 2015; (d) estudos voltados para outros níveis de atenção; e (e) publicações sem relação direta com os objetivos da pesquisa.

Após a triagem e leitura integral dos materiais selecionados, compôs-se um conjunto final de 14 publicações, entre artigos científicos e documentos oficiais, que foram organizados e analisados tematicamente. Esse procedimento permitiu sistematizar os achados e construir a discussão apresentada na seção de Resultados e Discussão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A análise integrativa da literatura evidencia que a inserção do psicólogo na Atenção Primária à Saúde (APS) configura um campo complexo, no qual avanços significativos convivem com limitações persistentes. De um lado, há crescente valorização da presença desse profissional nas equipes multiprofissionais,

especialmente pela ampliação da integralidade do cuidado prevista na Lei nº 8.080/1990, que orienta o SUS a considerar determinantes sociais, subjetivos e comunitários no processo saúde-doença. De outro, diversos estudos indicam dificuldades estruturais e formativas que impactam diretamente a consolidação da atuação psicológica na APS. Lemos e Lhullier (2017) destacam que a transição da clínica tradicional para práticas ampliadas ainda é um desafio expressivo, marcado por lacunas curriculares e baixa oferta de capacitação específica. Nesse sentido, a literatura recente confirma que a efetivação plena do papel do psicólogo na APS depende tanto de diretrizes claras quanto de condições institucionais que sustentem práticas interdisciplinares e territorializadas (Teixeira, Leitão & Iglesias, 2024).

No que se refere ao primeiro objetivo específico — identificar os principais desafios enfrentados pelo psicólogo na APS —, observa-se que muitos desses obstáculos são de natureza formativa. A formação em Psicologia no Brasil permanece fortemente centrada no modelo clínico individual, dificultando a incorporação da lógica da saúde coletiva, que exige competências voltadas à promoção, prevenção, territorialização e trabalho interdisciplinar. Estudos como o de Mello e Teo (2017) indicam que currículos, estágios e práticas pedagógicas ainda reproduzem o paradigma tradicional da clínica, deixando os profissionais inseguros quanto ao uso de ferramentas essenciais da APS, como grupos, ações comunitárias e práticas intersetoriais. Teixeira et al. (2024) reforçam esse diagnóstico ao constatar que muitos psicólogos desconhecem seu papel na atenção básica e apresentam resistência à participação em processos de educação permanente. Esses achados sugerem que a transformação das práticas profissionais depende diretamente da revisão da formação, tanto na graduação quanto em programas de residência e qualificação contínua.

Além das lacunas na formação, a estrutura institucional da APS configura obstáculos significativos. A Portaria nº 2.436/2017, que atualiza a Política Nacional de Atenção Básica, reconhece a saúde mental como componente do cuidado, mas não detalha de forma explícita as atribuições específicas do psicólogo. Essa ausência contribui para ambiguidades funcionais e para a sobrecarga, fenômenos identificados em estudos nacionais. Pesquisa conduzida por Oliveira et al. (2017) com psicólogos dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) identificou dificuldade de delimitação de

funções, além de pressões constantes para atendimento individual e para respostas rápidas a crises — práticas que contrariam a lógica preventiva da APS. De modo semelhante, Eidelwein, Trindade e Bordignon (2024) observaram que a sobrecarga emocional e institucional aumentou significativamente durante a pandemia, potencializando o desgaste e comprometendo o cuidado prestado. Esses estudos evidenciam que o psicólogo enfrenta um cenário institucional marcado por excesso de demandas, recursos limitados e frágil definição de papéis.

Somam-se a esses desafios aspectos relacionados à interdisciplinaridade, que, embora prevista nas políticas públicas, ainda encontra barreiras operacionais e culturais no cotidiano das equipes. Giacomini e Rizzotto (2022), em revisão sobre práticas interdisciplinares em saúde mental, mostram que o trabalho colaborativo exige diálogo estruturado, planejamento conjunto, corresponsabilização e compreensão clara dos papéis profissionais — condições que, quando ausentes, geram conflitos e fragmentação do cuidado. Rodrigues, Kostulski e Arpini (2020) também identificaram, no contexto das residências multiprofissionais, que psicólogos frequentemente precisam negociar seu lugar na equipe, enfrentando expectativas restritas ao atendimento clínico individual. Ao mesmo tempo, os autores destacam que experiências de residência mostram avanços importantes na construção de práticas coletivas, fortalecendo discussões de casos, elaboração compartilhada de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e ações no território. Esses achados sugerem que a interdisciplinaridade é potente, mas depende de condições organizacionais que a sustentem.

No que tange ao segundo objetivo específico — explorar as potencialidades da atuação psicológica na APS —, a literatura aponta contribuições singulares que se consolidam especialmente na perspectiva ampliada do cuidado. Uma das potencialidades mais destacadas refere-se ao acolhimento e à escuta qualificada. As Referências Técnicas do CFP/CREPOP (2019) enfatizam que a escuta psicológica na APS deve transcender a queixa individual e considerar o usuário em sua inserção comunitária, familiar e social. Essa postura possibilita identificar fatores de risco e proteção, redes de apoio, vínculos socioafetivos e determinantes sociais que influenciam diretamente o adoecimento. Além disso, favorece a construção de vínculos com a unidade de saúde e fortalece a corresponsabilização entre equipe e usuário. Estudos

como o de Lemos e Lhullier (2017) reforçam que o acolhimento qualificado humaniza o cuidado e amplia a capacidade de intervenção da APS, integrando aspectos subjetivos, comunitários e territoriais.

Outra potencialidade amplamente reconhecida refere-se à condução de práticas coletivas, incluindo grupos terapêuticos, oficinas, rodas de conversa e ações educativas. A revisão integrativa desenvolvida por Teixeira, Leitão e Iglesias (2024) demonstra que essas práticas se configuram como dispositivos potentes para promoção de saúde mental, compartilhamento de experiências e fortalecimento comunitário. Estudo de Ravaioli e Borges (2021) evidencia que intervenções psicoeducativas — utilizadas tanto individual quanto coletivamente — contribuem para o desenvolvimento do autocuidado, compreensão das emoções e participação ativa dos usuários em seu processo de saúde. Complementarmente, Zorzi, Martins e Macedo (2024), ao investigarem grupos de saúde, observaram que os participantes percebem esses espaços como ambientes privilegiados de fala e escuta, capazes de promover pertencimento, vínculos solidários e melhora significativa do bem-estar emocional. Esses achados reforçam que práticas coletivas não apenas ampliam o acesso ao cuidado, mas também aumentam a resolutividade da APS.

A intersectorialidade desponta como outra área de grande potencial para a atuação do psicólogo na APS. A articulação com setores como educação, assistência social, cultura e justiça permite ações mais amplas sobre os determinantes sociais da saúde, conforme preconizado pela Lei nº 8.080/1990. Prado e Santos (2021) demonstram que práticas intersectoriais fortalecem estratégias de promoção da saúde, especialmente quando integradas ao território e às vulnerabilidades locais. Estudos como o de Dimenstein, Macedo e Fontenele (2020) revelam, no entanto, que persistem dificuldades de integração entre setores, produzindo vazios assistenciais que limitam a efetividade da rede de cuidado. Ainda assim, a literatura aponta que o psicólogo possui ferramentas para articular redes, dialogar com políticas públicas e mobilizar recursos comunitários, potencializando intervenções que ultrapassam o âmbito individual e alcançam dimensões coletivas e estruturais do cuidado.

No que concerne ao terceiro objetivo específico — analisar os impactos da inserção do psicólogo na qualidade do cuidado e na saúde coletiva —, a literatura apresenta contribuições robustas. A presença do psicólogo na APS tem sido associada

à ampliação do acesso à saúde mental, à qualificação do acolhimento e ao aumento da resolutividade das equipes. Rodrigues, Kostulski e Arpini (2020) identificaram que a atuação psicológica fortalece o vínculo com usuários, melhora a comunicação entre equipe e população e contribui para identificação precoce de situações de vulnerabilidade psicossocial. Teixeira, Leitão e Iglesias (2024) também destacam que a ampliação de práticas coletivas e de intervenções educativas melhorou a efetividade das estratégias de cuidado, reduzindo a procura por atendimentos individuais e reorganizando fluxos internos. Esses impactos sugerem que o psicólogo exerce papel fundamental na humanização do cuidado e na implementação de práticas alinhadas aos princípios do SUS.

O impacto da atuação psicológica também se expressa na qualificação do processo de trabalho das equipes, sobretudo por meio da interdisciplinaridade e do apoio matricial. As Referências Técnicas do CFP/CREPOP (2019) ressaltam que o psicólogo contribui com análise das demandas subjetivas, compreensão dos determinantes sociais e mediação de conflitos, favorecendo a elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares mais consistentes. Giacomini e Rizzotto (2022) mostram que, quando bem estruturado, o trabalho interdisciplinar amplia a escuta coletiva da equipe, promove corresponsabilização e favorece o cuidado integral. Além disso, Rodrigues et al. (2020) evidenciam que psicólogos-residentes contribuem com práticas inovadoras que reconfiguram os processos de trabalho, como atividades comunitárias, intervenções educativas e discussões aprofundadas de casos. Esses achados reforçam que a atuação psicológica fortalece a APS ao articular dimensões subjetivas, clínicas e sociais do cuidado.

No que diz respeito ao quarto objetivo específico — discutir perspectivas e recomendações para aprimoramento da atuação psicológica na APS —, os estudos apontam caminhos promissores, mas ainda em construção. As Referências Técnicas do CFP/CREPOP (2019) constituem marco fundamental ao fornecer diretrizes claras sobre acolhimento, escuta ampliada, práticas coletivas, territorialização e intersetorialidade. A literatura recomenda a necessidade de fortalecer processos de educação permanente voltados à APS, ampliar estágios e residências multiprofissionais, e fomentar práticas inovadoras em saúde mental dentro das unidades. Estudos como o de Mello e Teo (2017)

reforçam a urgência de reformulação curricular para que a formação psicológica esteja alinhada às exigências do SUS. Além disso, pesquisas como as de Teixeira et al. (2024) e Rodrigues et al. (2020) indicam que práticas exitosas de psicólogos na APS devem ser sistematizadas e difundidas, de modo a orientar políticas e qualificar a gestão.

A gestão do SUS, por sua vez, é interpelada pela necessidade de fortalecer condições estruturais que permitam a consolidação de práticas psicológicas alinhadas aos princípios da APS. As Referências Técnicas do CFP/CREPOP (2019) destacam que a atuação do psicólogo exige infraestrutura adequada, definição clara de processos de trabalho e incentivo institucional à educação permanente, de modo a sustentar práticas coletivas, intersetoriais e territorializadas. Mello e Teo (2017) acrescentam que transformações curriculares só produzem efeitos quando acompanhadas por políticas públicas que valorizem a inserção da Psicologia na atenção básica, garantindo espaço legítimo para ações preventivas e comunitárias. Estudos recentes, como os de Teixeira, Leitão e Iglesias (2024) e Rodrigues, Kostulski e Arpini (2020), reforçam a importância de que gestores sistematizem e disseminem experiências exitosas, ampliem o apoio matricial e promovam modelos organizacionais que favoreçam o trabalho em equipe. Assim, o aprimoramento da atuação psicológica na APS depende de investimentos contínuos em formação, infraestrutura, gestão e políticas que viabilizem práticas inovadoras e coerentes com o projeto de cuidado integral proposto pelo SUS.

A literatura analisada evidencia que a atuação do psicólogo na APS se desenvolve em meio a desafios formativos, organizacionais e institucionais, ao mesmo tempo em que revela importantes possibilidades de ampliação do cuidado. Diversos estudos apontam que esse profissional desempenha papel estratégico na promoção da saúde mental, na construção de vínculos, na articulação de redes e na implementação de práticas coletivas que qualificam o cuidado ofertado pelas equipes. Pesquisas como as de Rodrigues, Kostulski e Arpini (2020) e Teixeira, Leitão e Iglesias (2024) mostram que a inserção do psicólogo contribui para reorganizar fluxos de atendimento, fortalecer ações comunitárias e ampliar o acesso a intervenções de caráter territorial e preventivo. Da mesma forma, as Referências Técnicas do CFP/CREPOP (2019) e os estudos de Mello e Teo (2017) indicam que avanços nessa área dependem de diretrizes claras, educação permanente e condições estruturais adequadas para a consolidação de práticas alinhadas aos

princípios da APS. Assim, as evidências disponíveis permitem compreender como os desafios e potencialidades identificados influenciam o desenvolvimento das práticas psicológicas e orientam caminhos para seu aprimoramento no contexto da atenção básica em saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde, com foco nos desafios, potencialidades e impactos no contexto da Estratégia Saúde da Família. Os objetivos propostos foram contemplados, permitindo identificar os principais desafios relacionados à formação profissional, sobrecarga de demandas, carência de recursos e integração interdisciplinar, bem como explorar as potencialidades vinculadas ao acolhimento, práticas coletivas, intersetorialidade e vínculo comunitário.

Em resposta ao problema de pesquisa, os dados examinados indicam que a atuação do psicólogo na APS envolve uma complexa relação entre obstáculos estruturais e possibilidades de contribuição para a qualificação do cuidado. Os impactos analisados sugerem efeitos positivos na ampliação do acesso à saúde mental, adesão dos usuários e fortalecimento da integralidade do cuidado, alinhados aos princípios do SUS.

Como limitações, destaca-se o recorte temporal e a natureza bibliográfica do estudo. Recomenda-se a realização de pesquisas empíricas futuras que possam aprofundar estes achados, bem como investigações comparativas entre diferentes realidades regionais. Esta análise oferece subsídios para o contínuo aprimoramento das políticas públicas e práticas profissionais na atenção primária à saúde.

REFERÊNCIAS

APARECIDA TEIXEIRA, K.; BRUM LEITÃO, I.; IGLESIAS, A. Atuação do(a) psicólogo(a) na atenção básica: uma revisão integrativa. PSI UNISC, v. 8, n. 2, p. 227–247, 30 jul. 2024.

BRASIL. **LEI No 8.080**, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm

BRASIL, M. DA S. **PORTARIA No 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P.; FONTENELE, M. G. **ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: DESAFIOS À INTEGRAÇÃO NO BRASIL.** Revista Mental, v. 14, n. 25, 2022.

DUTRA, A.; TRINDADE,; BORDIGNON, M. **Estresse Ocupacional entre Psicólogos Atuantes na Atenção Primária à Saúde no Contexto Pandêmico.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, p. e259089, 29 abr. 2024.

GIACOMINI, E.; RIZZOTTO, M. L. F. **Interdisciplinaridade nas práticas de cuidado em saúde mental:** uma revisão integrativa de literatura. Saúde em Debate, v. 46, p. 261–280, 6 mar. 2023.

LEMO, V. S.; LHULLIER, C. **A Psicologia na Atenção Básica e a Saúde Coletiva.** Revista Psicologia e Saúde, p. 177–188, 8 dez. 2020.

MELLO, R. A. DE; TEO, C. R. P. A. **Psicologia:** entre a Atuação e a Formação para o Sistema Único de Saúde. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, 2019.

OLIVEIRA, I. F. DE et al. **The role of the psychologist in NASF:** challenges and perspectives in primary health care. Temas em Psicologia, v. 25, n. 1, p. 291–304, 2017.

PRADO, N. M. DE B. L.; SANTOS, A. M. DOS. **Promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde:** sistematização de desafios e estratégias intersetoriais. Saúde em Debate, v. 42, n. spe1, p. 379–395, set. 2018.

RAVAIOLI, M. DE P. E.; BORGES, L. M. **Práticas Psicoeducativas:** Contribuições do Psicólogo na Atenção Primária. Revista Psicologia e Saúde, p. 185–199, 9 jun. 2022.

Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Atenção Básica à Saúde. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-atencao-basica-a-saude/>.

RODRIGUES, P. M.; KOSTULSKI, C. A.; ARPINI, D. M. **A construção de novas práticas na psicologia na atenção básica:** a experiência de residentes psicólogos. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, 16 jul. 2021.

ZORZI, Viviane Nogueira de et al. **Promoção de Saúde Mental na atenção primária:** o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. Interface Comunicação, Saúde, Educação, v. 28, p. e230447, 2024.